

**A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR  
FEDERAL BRASILEIRO: ALGUMAS RESSONÂNCIAS**

*The 1968 university reformation and the expansion of the brazilian superior federal teaching: some resonances*

Paulo Roberto Carvalho de Sousa\*

**RESUMO**

O trabalho tem por objetivo discutir a expansão do ensino público federal, por meio da recuperação dos principais elementos presentes na Reforma Universitária de 1968. A pesquisa foi desenvolvida a partir da experiência do autor adquirida nas rotinas da Universidade Federal de Uberlândia e de uma leitura crítica da legislação brasileira. Na primeira seção apresentamos os aspectos principais da Reforma Universitária e na segunda, tratamos da expansão propriamente dita, baseando em indicadores que atestam claramente uma trajetória de grande crescimento, na década de 1970. Destaque especial é dado ao Programa CONCRETIDE que possibilitou o crescimento da carga docente no período 1974-1997 em 500%, contribuindo desta forma para a expansão do sistema, como também criando condições para que outras atividades passassem a ser desenvolvidas no âmbito das universidades federais, como a extensão e a pesquisa, que ganharam dimensão a partir da reforma universitária e da implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino. Expansão. Reforma Universidades.

**ABSTRACT**

This work has the aim to discuss the expansion of the federal public teaching, through the recovering of the main elements present in the 1968 University Reformation. The research was developed through the experience of the author acquired in the routine of the Federal University of Uberlândia and through a critical reading of the brazilian law. In the first section the main aspects of the university reformation are presented and in the second, the expansion properly is focused considering the data which prove clearly a route of great increasing, in the 70's. Special detaching is given to the CONCRETIDE program, which made possible the development of the teaching career from 1974-1997 in 500%, contributing this way to the expansion of the system, as well as creating conditions to other activities to be developed in the federal university environment, such as extension and research, which gained dimension through the university reformation and the setting up of the Post-Graduation National Plan.

**Keywords:** Education. Teaching. Expansion. Reformation. Universities.

---

\* Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Contato: paulosousacarvalho@hotmail.com

## Introdução

Em razão dos diversos acontecimentos políticos e de determinações estruturais e econômicas, os anos 60 apresentaram um conjunto significativo de mudanças institucionais. Dessas mudanças, talvez a mais importante para o nosso tema seja a Reforma Universitária de 1968, que atuou para reorientar o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, estabelecendo diretrizes de expansão. De certa forma, a Reforma Universitária de 1968 e as reformas econômicas realizadas no período 1964-1967 criaram as condições necessárias para a expansão do Sistema Público Federal de Ensino Superior Brasileiro.

Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de discutir a expansão do ensino público federal, por meio da recuperação dos principais elementos presentes na Reforma Universitária de 1968.

Para tanto, sem preocupação exaustiva, na primeira seção apresentam-se os aspectos principais da Reforma Universitária, salientando que as mudanças institucionais, somadas às condições favoráveis da economia, criaram as condições para a expansão. Na segunda seção, trata-se da expansão propriamente dita, baseando-se em indicadores que atestam claramente uma trajetória de grande crescimento na década de 1970.

### 1. A Reforma Universitária de 1968

Para analisar-se melhor e adequadamente a expansão do ensino superior brasileiro, é preciso retroceder citando alguns fatos da nossa história política que interferiram na consolidação do Ensino Superior Brasileiro.

Antes de 1964, os militares ocupavam posições civis em parte por concessão dos políticos (ou em virtude de um acordo entre eles). No dia 1º de abril de 1964 foi deposto o presidente constitucional João Goulart e instalou-se no Brasil, por meio de um golpe militar, um regime de exceção, pois o país estava mergulhado em uma grave crise política.

*[...] que se manifestou quando os aparelhos do Estado não podiam mais garantir nem a seletividade específica de classe, necessária à estabilidade do processo político nem a reprodução da dominação política da burguesia em sua estrutura institucional e com a Composição do pessoal político existente quando era preciso então reestruturá-los de modo significativo (BERGAMO, apud, HIRSCHMAN 1994, p. 107-8).*

De acordo com Germano (1992), a intervenção das Forças Armadas na vida política do País foi uma ação essencialmente burguesa em defesa da manutenção do poder da elite dominante, apoiada pelas multinacionais e pelo próprio Governo dos Estados Unidos. A idéia defendida por alguns adeptos do golpe, de que a intervenção ocorrera para o restabelecimento da ordem pública, e para a garantia do estado de direito e liberdades individuais, ia ao encontro dos objetivos propagados pelos militares.

Houve grandes mobilizações de professores e estudantes universitários em resistência ao regime; todas reprimidas, sendo muitas universidades invadidas e ocupadas

pela Polícia Militar. Em contrapartida, essas mesmas universidades, principalmente a Universidade de São Paulo (USP), colaboraram com o Governo Militar, cedendo professores dos seus quadros para a formação dos Ministérios.

Na própria USP, a partir de 1964, instalou-se um clima de terror, com a disseminação da prática da delação ideológica. Grupos inteiros de intelectuais aderiram “[...] ao Regime Militar e ao obscurantismo implantado na vida universitária” (GERMANO, 1992, p. 110). Tudo isso ocorrendo no centro universitário no mais importante do País.

Entretanto, o movimento estudantil liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que atuava na ilegalidade<sup>1</sup> desde novembro de 1964, discordava das listas de espera, parte integrante dos critérios de seleção para ingresso no ensino superior, e reivindicava mais vagas, mais verbas, recursos e o fim da cátedra. O movimento estudantil fortaleceu-se a tal ponto que o regime não conseguiu detê-lo. Os confrontos tornaram-se cada vez mais violentos até resultar no assassinato do estudante Edson Luiz, em 27 de março de 1968, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Outro estudante, Hernestino Guimarães, seria assassinado pela Polícia Militar, após ser preso na terceira invasão sofrida pela Universidade de Brasília (UNB), no dia 29 de setembro de 1968.

À medida que os confrontos se acirraram, o governo militar promoveu importantes mudanças na área da educação. Na tentativa de minorar o descontentamento da comunidade acadêmica, o Ministério da Educação assinou vários acordos com a *Agency for International Development dos Estados Unidos* (USAID), entre 1964 e 1968, em todos os níveis de ensino. Mas, muito antes do golpe militar, os técnicos da USAID já comandavam os tecnocratas brasileiros na elaboração dos planos governamentais para a Educação nacional. Enquanto os peritos norte-americanos se instalavam no Ministério da Educação e Cultura (MEC), “[...] milhares de brasileiros - notadamente técnicos de nível superior - foram treinados nos EUA” (GERMANO, 1992, p. 126).

Devido a esses acordos, foi constituída a Equipe de Assessoria de Planejamento do Ensino Superior (EAPES), que em 1968, produziria um documento sobre as reais carências da área educacional brasileira, apontando soluções. O encaminhamento dado ao Ensino Superior era essencialmente privatizante e elitista, tendo em vista que a partir dos anos 1960, o Estado passou a ter a iniciativa privada como parceira na oferta de ensino superior. Então a política de educação superior começou a adquirir contornos em que a diferenciação entre o público e o privado tendeu a ser frágil e diluída, em virtude da confluência de alguns fatores.

*Por um lado, insistiu-se no discurso da introdução do ensino pago nas instituições mantidas pelo governo federal, sob o argumento da necessidade de se fazer justiça social. Por outro, favoreceu-se francamente o crescimento do ensino superior privado de modo a que, na prática, a privatização*

---

<sup>1</sup> Um dia após o golpe, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por forças direitistas. Em novembro do mesmo ano, a chamada Lei Suplicy - trata-se de uma referência a Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação e Cultura - colocava a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) na ilegalidade (GERMANO, 1992).

*acontecesse por mecanismos não previstos no próprio discurso dos dirigentes da política educacional (VIEIRA, 1991, p. 157).*

De acordo com Germano (1992), deve ser estimulada a criação de universidades particulares, prestando-lhe o governo auxílios, a fim de assegurar nelas vagas para os alunos pobres.

Essa visão elitista e sectária pode ser observada, claramente, no relatório do professor Rudolph Atcon, membro da USAID, concluído em 1966, que aponta explicitamente para a privatização das universidades, “[...] porque é um fato inegável que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não urna repartição pública”(ATCON, 1966 apud GERMANO, 1992, p. 82)

Foram várias as iniciativas pós-64 no sentido de uma ampla reestruturação no ensino. Os Decretos lei n.53, de 18 de novembro de 1966 e n. 252, de 28 de fevereiro de 1967, introduziram as primeiras medidas da Reforma Universitária, “[...] com vistas ao pleno aproveitamento das vagas e à racionalização das atividades acadêmicas, à adoção do ciclo básico e à organização de departamentos, agrupando as disciplinas afins de determinada área de conhecimento”.

De acordo com Cunha,

*[...] a concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles com um imperativo de modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram encontraram um terreno arado e adubado por suas idéias (CUNHA, 1988, p. 22).*

Vale a pena ressaltar que uma das preocupações da reforma era relacionar educação e mercado de trabalho, e o sistema educacional deveria preparar a força de trabalho para o sistema produtivo, de acordo com a Teoria do Capital Humano.

Entretanto, todas as reformas que estavam sendo implantadas se sustentavam nas seguintes bases:

*1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis [...] 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “Teoria do Capital Humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada a acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformada em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo (GERMANO, 1992, p. 105).*

Nesse sentido, o Congresso Nacional, já mutilado pelas cassações e imobilizado pelo bipartidarismo, aprovou a Lei n. 5540/68, que viria a ser a espinha dorsal da Reforma Universitária. Além de incentivar a privatização, criou a departamentalização dando fim às cátedras “O sistema de cátedras garantia aos professores das universidades públicas estabilidade no emprego e liberdade de ensino, e as congregações de catedráticos decidiam, em cada faculdade, todos os assuntos que não colidiam com as normas e a legislação federais”. (BASTOS, s/d, s/p). Por outro lado, criou também a matrícula por disciplinas, instituindo o curso parcelado por meio do regime de créditos.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (1990, p. 176),

*[...] assim, o departamento, como uma agência autônoma e completamente arbitrária, passou a oferecer as disciplinas aos cursos; necessidades puramente corporativas, vindas dos departamentos, acabaram, então, provocando o inchaço dos currículos dos cursos, retirando dos estudantes o necessário horário livre para estudar. [...] A consequência disso foi a inevitável fragmentação do trabalho escolar e, ainda, a dispersão dos alunos pelo sistema de créditos, provocando a despolíticação e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico que era a turma* (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 176).

Adotou-se o vestibular unificado e classificatório. Essa lei também determinava a instituição regular dos cursos de pós-graduação e consagrava a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Por outro lado, uma forma incipiente de extensão universitária já estava em curso em algumas instituições, como na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desde 1966, por meio da criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac). Nesse mesmo ano, em consequência do “Primeiro Seminário de Educação e Segurança Nacional”, surge o Projeto Rondon, de cunho basicamente ideológico.

Em nível nacional, esse projeto foi uma expressão distorcida de extensão, envolvendo estudantes universitários em programas de assistência e educação. Pode-se presumir que, pelo seu caráter ideológico, buscava principalmente o envolvimento do estudante universitário, catequizando-o nos moldes do regime autoritário.

Antes de 1968, somente algumas universidades e poucos centros de pesquisa eram responsáveis pelas pesquisas realizadas no País e o número de professores com pós-graduação, principalmente doutorado, era reduzido, o que dificultava o desenvolvimento da área. A promulgação da Lei n. 5540/68 mudou o perfil do acadêmico brasileiro, transformando principalmente as universidades públicas em um espaço de produção científica e tecnológica.

Como resultado da Reforma Universitária ampliou-se de forma notável a rede de ensino superior privada, visando oferecer uma oportunidade de acesso aos cursos superiores para a grande massa de alunos que não obtinham êxito nos vestibulares das instituições públicas. Uma oportunidade questionável, uma vez que “[...] coube aos desfavorecidos pagar para a obtenção de um diploma - em geral de 2ª categoria e sustentar os grupos empresarias privados que atuam no campo educacional” (GERMANO, 1992, p. 128).

A instituição do concurso vestibular também foi outro fator de incentivo à ampliação da rede privada de ensino. Uma tentativa de “modernizar o país” tornou-se um instrumento elitista e excludente, porque, ao conter o aumento das vagas do ensino público e liberar a criação de cursos e vagas nas particulares, o Governo garantiu à elite, acesso ao ensino público, nas instituições federais, e “empurrou” os menos favorecidos (comumente menos preparados) para um ensino de qualidade duvidosa na iniciativa privada.

Germano (1992, p. 148) resume bem o significado da Reforma de 1968, “uma violência à inteligência”, ainda que significasse uma “renovação”, “ao mesmo tempo que o Estado exercia o mais severo controle político-ideológico da educação, possibilitava, contraditoriamente, o exercício da crítica social e política não somente do regime político vigente no país, mas também do próprio capitalismo no âmbito universitário.”

Na verdade, essa Reforma não só alterou significativamente o cenário do Ensino Superior no Brasil; mudou a estrutura do poder no interior da universidade, extinguindo as cátedras, mas também concretizou a indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão e estabeleceu uma carreira docente, com progressão por titulação, simulando assim a qualificação dos professores.

É importante salientar que alguns aspectos contribuíram para a expansão do ensino superior, destacando-se, entre eles, o aporte de recursos para a ampliação da estrutura até então existentes e a construção de novos *campi* universitários por meio do Programa MEC-BID, a implantação do Programa Comissão Permanente do Regime do Tempo Integral e Dedicção Exclusiva CONCRETIDE que possibilitou um crescimento de 72,5% do número de horas aulas contratadas no Sistema Federal de Ensino, e a instituição do concurso vestibular. Já o setor privado foi beneficiado com a isenção de impostos e financiamentos por intermédios de bancos oficiais a juros subsidiados, provocando um aumento considerável no número de instituições de ensino, cuja expansão, efetivada a partir da Reforma Universitária 1968, será abordada no tópico a seguir.

## **2. A expansão do Ensino Superior Brasileiro**

A expansão do Ensino Superior Brasileiro se deu a partir da Reforma Universitária de 1968 e das reformas realizadas pelo Governo Militar na economia brasileira no período 1964-1967.

A primeira metade da década de 1970 retrata o surto de crescimento econômico coincidente com o mergulho do País na ditadura militar, um período marcado por vertiginosa expansão do sistema de ensino superior brasileiro, o que se pode observar claramente na TABELA 1 que dá uma visão de como esta expansão se realizou a partir da Reforma Universitária. Num período de dez anos (1968-1978) o número de alunos matriculados no ensino superior brasileiro passa de 278.295 para 1.225.557. Tem-se aí, um crescimento de 340%, enquanto que por outro lado, o número de docentes passou de 44.706 para 98.172, apresentando um crescimento de 119,6%.

O número de vagas oferecidas no período 1970-1997 cresceu de 145.000 vagas para 699.198, com uma evolução de 382,2%, e o número de concluintes do ensino superior passou de 64.049 para 274.384, crescendo 328,4%.

Na década de 1970, o número de alunos matriculados apresentou um crescimento de 208,3 %, passando de 425.478 alunos em 1970 para 1.311.799 alunos em 1979. Neste período o número de docentes cresceu apenas 88,6 %, passando de 54.389 em 1970 para 102.588 em 1979.

Com relação às vagas oferecidas nesse período, elas apresentaram um crescimento de 177,7 %, passando de 145. 000 vagas em 1970 para 402.694 vagas em 1979.

Na década de 80, o número de alunos matriculados cresceu apenas 10,3 %, enquanto o numero de vagas cresceu 15,9 % e o número de docentes 16,6%.

De acordo com Braga e Tramontim:

*A bem da verdade, contudo o sistema superior ao chegar à década de 80, já tinha esgotado boa parte de sua capacidade de expansão, quando se toma como referência os contingentes de egressos do 2º grau. Isso vale dizer que o aproveitamento dos alunos que ultrapassaram o 2º grau quase total, e a expansão ulterior dos cursos de graduação passa a ficar na dependência de igual expansão dos graus anteriores (BRAGA; TRAMONTIM, 1991, p 53).*

Sob nosso ponto de vista, dois outros fatores contribuíram para a estagnação do Sistema de Ensino Superior na década de 80:

- a) A limitação de recursos, não permitindo a expansão do sistema público federal;
- b) Os instrumentos que proibiram a abertura de novos cursos e vagas.

Pode-se perceber claramente, ao analisar os dados da TABELA 1, que a partir de 1993, o sistema de ensino superior brasileiro voltou a crescer, apresentando no período 1993-1997, um crescimento de 22% no número de alunos matriculados, 21% no número de docentes e 27,4% no número de vagas oferecidas.

**TABELA 1**

Evolução das Estatísticas do Ensino Superior – Brasil 1968- 1997								
Ano	Docentes	Matrícula	(B/A)	Concluintes	Vagas	Inscrições	(D/C)	Ingressos
	(A)	(B)			Oferecidas			
1968	44.706	278.295	6,2	35,947	nd	nd	nd	nd
1969	49.547	342.886	6,9	44.709	nd	nd	nd	nd
1970	54.389	425.478	7,8	64.049	145.000	328.931	2,3	nd
1971	61.111	561.397	9,2	73.453	202.110	400.958	2,0	nd
1972	67.894	688.382	10,1	96.470	230.511	449.601	2,0	nd
1973	72.951	772.800	10,6	135.339	261.003	574.708	2,2	nd
1974	75.971	937.593	12,3	150.226	309.448	614.805	2,0	nd
1975	83.386	1.072.548	12,9	161.183	348.227	781.190	2,2	nd
1976	86.189	1.096.727	12,7	176.475	382.418	945.279	2,5	nd
1977	90.557	1.159.046	12,8	187.973	393.560	1.186.181	3,0	nd
1978	98.172	1.225.557	12,5	200.056	401.977	1.250.537	3,1	nd
1979	102.588	1.311.799	12,8	222.896	402.694	1.559.094	3,9	nd
1980	109.788	1.377.286	12,5	226.423	404.814	1.803.567	4,5	356.667
1981	113.899	1.386.792	12,2	229.856	417.348	1.735.457	4,2	357.043
1982	116.111	1.407.987	12,1	244.639	421.231	1.689.249	4,0	361.558
1983	113.899	1.438.992	12,6	238.096	nd	nd	nd	nd
1984	116.111	1.399.539	12,3	227.824	nd	nd	nd	nd
1985	113.844	1.367.609	12,1	234.173	430.482	1.514.341	3,5	346.380
1986	113.459	1.418.196	12,1	228.0784	442.314	1.737.794	3,9	378.828
1987	117.211	1.470.555	12,1	224.809	447.345	2.193.861	4,9	395.418
1988	121.228	1.503.555	12,0	227.037	463.739	1.921.878	4,1	395.189
1989	125.412	1.518.904	11,9	232.275	466.794	1.818.033	3,9	382.221
1990	128.029	1.540.080	11,7	230.206	502.784	1.905.498	3,8	407.148
1991	131.641	1.565.056	11,8	236.377	516.663	1.985.825	3,8	426.558
1992	133.135	1.535.788	11,4	234.267	534.847	1.836.859	3,4	410.910
1993	134.403	1.594.668	11,6	240.269	548.678	2.029.523	3,7	439,801
1994	137.156	1.661.034	11,7	245.887	574.135	2.237.023	3,9	463.240
1995	141.482	1.759.703	12,1	254.401	610.355	2.653.853	4,3	510.377
1996	145.290	1.868.529	12,6	260.224	634.236	2.548.077	4,0	513.842
1997	148.320	1.945.615	11,7	274.384	699.798	2.711.776	3,9	573.900

**Fonte:** MEC/INEP/SEEC

Com relação ao Sistema Federal de Ensino Superior, pode-se dizer que de fato, ele se constituiu a partir da década de 1960, conforme dados da TABELA 2, pois até o final da década de 50 existiam apenas sete Universidades Federais, enquanto na década de 1960 o sistema passou a contar com 25 universidades apresentando um crescimento de 257,1%. Em 1974 o número de IFES chegou a 41, sendo 31 universidades e 10 estabelecimentos isolados de ensino.

No período de 1980-1997, o Sistema Federal de Ensino Superior permaneceu estagnado em relação ao número de instituições (56 no seu total), alterando somente o perfil. Tendo em vista que em 1980 existiam 34 universidades e 22 estabelecimentos isolados, em 1997 o número de universidades passou para 39 e o número de estabelecimentos isolados 17. Havendo, portanto, um crescimento de 14% em relação ao número de universidades e uma redução do mesmo percentual aos estabelecimentos isolados. Assim, se observa que neste período cinco estabelecimentos isolados foram transformados em universidades.

**TABELA 2**

<b>Evolução do Número de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil 1968 - 1997</b>			
Ano	Universidades	Estabelecimentos isolados	Total
1968	25	Nd	25
1974	31	10	41
1980	34	22	56
1986	35	18	53
1992	37	20	57
1997	39	17	56

**Fonte:** MEC/INEP/SEEC

A TABELA 3 mostra a evolução do número de alunos matriculados no Sistema Federal de Ensino Superior no período 1974-1997, apresentando um crescimento de 77,2%.

Pode-se constatar ainda que no período 1974-1979, em apenas cinco anos, houve um crescimento de 38,1%, enquanto que na década de 1980 houve uma estagnação, e o número de alunos matriculados em 1989 era praticamente o mesmo de 1979, apresentando um discreto crescimento de 2,2%. No período 1990-1997, o número de alunos matriculados voltou a crescer a partir de 1993, e apresentou um crescimento de 31,5%.

**TABELA 3**

<b>Evolução do Número de Alunos Matriculados no Sistema Federal de Ensino Superior 1974-1997</b>		
Ano	Nº de alunos matriculados	Tx. de crescimento c/ relação ano anterior (%)
1974	223.344	-
1975	246.807	10,51
1976	254.313	3,04
1977	277.100	8,96
1978	300.331	8,38
1979	308.523	2,73
1980	316.715	2,66
1981	313.217	-1,10
1982	316.940	1,19
1983	340.118	7,31
1984	326.199	-4,09
1985	326.522	0,10
1986	325.734	-0,24
1987	329.423	1,13
1988	317.831	-3,52
1989	315.283	-0,80
1990	300.867	-4,57
1991	320.135	6,40
1992	325.884	1,80
1993	344.387	5,68
1994	363.543	5,56
1995	367.531	1,10
1996	388.987	5,84
1997	395.833	1,76

**Fonte:** Elaboração própria

**Fontes secundárias:** 1974/MEC/DAU - Relatório Anual 1974 - Brasília

1975/1978/1979 - Aspectos do perfil das IFES - MEC/SESU - 1981 - Brasília

1980/1997 - Educação de Ensino Superior - 1980/1998 NEC/INEP - Brasília 2000

A TABELA 4 apresenta a evolução do corpo docente referente ao período de 1974-1997, por regime de trabalho e qualificação. Ao analisar esta tabela, constata-se que no período 1974-1980 houve um crescimento de 58,4% no número de docentes.

Cabe ainda observar que houve um crescimento de 72,0% no período 1974-1997, correspondendo a uma taxa de 1,3% ao ano. No período 1974-1980 esta variável apresenta um maior crescimento, salientando um aumento de 58,4% no número de docentes, enquanto no período 1990-1997 o número de docentes cresceu 2,9%, um crescimento inexpressivo.

Cumprе salientar que a partir de 1991, com a implantação do regime jurídico único, aumentaram significativamente os processos de pedidos de aposentadoria em virtude dos benefícios da nova lei, que permitia a aposentadoria integral, muitas vezes superior ao salário na ativa. Por outro lado, o governo federal não autorizava a contratação de docentes nas vagas daqueles que aposentaram principalmente no período 1991-1993.

Com relação ao regime de trabalho dos docentes, a implantação do Programa CONCRETIDE<sup>2</sup>, em 1970, foi o grande responsável pela expansão da variável horas - aula contratadas que, no início, era de 644.708 horas contratadas, passando para 1.112.376 horas em 1979, apresentando um crescimento de 72,5% em apenas 5 anos.

Esse programa teve um prazo curto de duração. Em 1976, com a implantação do Plano de Classificação do Magistério - Ensino Superior, a contratação e as alterações de regime de trabalho passaram a ser de responsabilidade da própria instituição, que se encarregava de:

- a) fixar e ampliar a capacidade docente instalada nas universidades federais, promovendo desta forma uma melhoria na qualidade do corpo docente, que a partir daí poderia se dedicar somente à instituição.
- b) absorver docentes egressos de cursos de pós-graduação, em regime de tempo integral com ou sem dedicação exclusiva,
- c) conceder aos docentes atividades de chefia de departamento ou coordenadorias de cursos, de regime de 40 horas com ou sem dedicação exclusiva.
- d) atualizar categorias funcionais dos docentes por meio de concursos de títulos e provas ou conclusão de cursos de mestrados e doutorados.

Outro fato que merece destaque foi a elaboração em 1974 do PNG-Plano Nacional de Pós Graduação e que tinha por objetivo:

- a) intensificar as atividades de pesquisa, e em conseqüência, propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico do país,
- b) capacitar o corpo docente das universidades.

---

<sup>2</sup> O Programa CONCRETIDE foi criado em 1969, por meio do Decreto nº 64.086/69 e veio regulamentar o novo regime de trabalho dos docentes, tendo início em 1970, com a criação da CONCRETIDE (Comissão Coordenadora do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva), que funcionava em nível do Ministério da educação aprovando o ingresso dos docentes no novo regime de trabalho. O decreto também estabeleceu a criação de uma comissão no âmbito das universidades para estudar e propor o enquadramento dos docentes no Programa CONDREITE. Foi criada então a COOPERDITE (Comissão Permanente do Regime do Tempo Integral e Dedicação Exclusiva), que analisava os pedidos de mudança do regime dos docentes dentro da instituição, aprovava o plano da instituição e encaminhava à CONCRETIDE para análise e aprovação.

A implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação veio contribuir para melhoria da qualidade do ensino ao permitir o afastamento do docente para realização de cursos de mestrados e doutorados, recebendo salário e como complemento uma bolsa de estudo. Desta forma, houve uma corrida dos docentes para entrarem no programa de pós-graduação.

Quando se analisa a TABELA 4 referente ao item qualificação, pode-se constatar que no período 1974-1991 o número de docentes com títulos de mestres e doutores passou de 4.635 para 36.754, representando um crescimento de 537,3%.

As implantações do Plano Nacional de Pós-Graduação e do Programa CONCRETIDE nas Instituições Federais de Ensino Superior foram medidas de importância fundamental para a profissionalização do professor universitário e para a formação do quadro de pesquisadores nas universidades.

**TABELA 4**

<b>Evolução do número de docentes do Sistema Federal de Ensino Superior por regime de trabalho e qualificação 1974/1997</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nº total de docentes</b>	<b>Total de docentes 40 + D.E.</b>	<b>Número de mestres doutores</b>
1974	26.524	6.427	4.635
1975	27.833	8.952	nd
1978	38.306	21.098	8.304
1979	40.158	24.222	14.294
1980	42.010	28.988	nd
1981	43.734	29.278	nd
1982	43.866	32.552	16.853
1983	42.974	nd	nd
1984	41.818	34.356	18.342
1985	42.087	nd	nd
1986	42.768	36.113	nd
1987	44.179	nd	nd
1988	44.548	36.302	21.340
1989	43.397	38.053	22.712
1990	44.344	39.223	24.066
1991	43.404	36.754	23.657
1992	41.564	nd	nd
1993	42.304	nd	nd
1994	43.556	nd	nd
1995	44.486	nd	nd
1996	42.110	nd	nd
1997	45.611	38.623	29.541

Fonte: Elaboração Própria

Os dados da TABELA 5 nos permitem constatar a expansão do Sistema Federal de Ensino Superior no período 1988-1997. O número de alunos matriculados cresceu nas 24,5%; em compensação, o número de vagas oferecidas e o de ingressantes apresentaram uma taxa de crescimento 51,5% e 49,7%. Essa retomada de crescimento é fruto de um entendimento entre o Governo federal e as universidades públicas, em que,

*O Ministério da Educação negociou com as universidades federais um acordo para reduzir despesas e aumentar gradativamente a oferta de ensino noturno... Em consequência da solicitação de aumento da oferta de cursos noturnos, houve uma retomada de expansão de vagas, materializada no aumento de dez mil vagas no biênio, 1990-1991 (BATISTA, 1994, p. 14).*

Embora as vagas das escolas públicas de 3º grau tenham sido pouco ampliadas, o que permitiu a proliferação de escolas particulares, de qualidade duvidosa, o Governo Federal fez significativos investimentos em pesquisa, possibilitando ao setor público abrigar em seus quadros um pessoal altamente qualificado, sendo 90% dos 16.939, doutores e 80% dos 27.753, mestres brasileiros. Isso demonstra que as escolas de nível superior da iniciativa privada, com exceção das Universidades Católicas não se dedicam à pesquisa, nem investem na qualificação do seu quadro docente e melhoria cursos que oferecem.

**TABELA 5**

<b>Dados da Expansão do Sistema Federal de Ensino Superior – Período 1988 – 1997</b>			
Variáveis	Ano 1988	Ano 1997	1997/1988 %
Número de alunos matriculados	317.831	395.833	24,5
Número de vagas oferecidas	54.722	82.920	51,5
Número de alunos ingressantes	57.703	86.387	49,7

**Fonte:** Elaboração própria

**Fonte secundária:** 1980-1997 - Evolução do Ensino Superior de Graduação – 1980-1998 MEC/INEP - Brasília 2000

Apesar de todos esses avanços, o Ensino Superior brasileiro continuou reforçando a exclusão<sup>3</sup>, uma vez que o percentual de alunos ingressantes no 1º grau que conseguiram acessar o 3º grau foi sempre muito baixo, menos de 6% no início da década de 80. Desses, a grande maioria só conseguia ingressar em escolas particulares de Ensino Superior (PILETTI; PILETTI, 1995), o que na prática, quer dizer que,

<sup>3</sup> “Constatamos, portanto, que a política de ensino superior não se constituiu em instrumento de equidade social, como se propunha, mas ao contrário, de conservação da estrutura de desigualdade... Em 1988, mais de 62% dos aprovados no vestibular da Fuvest haviam feito o 2º. grau em escolas particulares... isso demonstra o descaso do Estado com a rede pública de 1º e 2º graus freqüentada por alunos que, em sua grande maioria, tem origens nas classes subalternas” (GERMANO, 1992, p. 152-3).

*Na transição do 2º grau para o ensino superior ocorre a diferenciação entre os jovens oriundos de famílias de baixa renda e os jovens de maior poder aquisitivo; as vagas para as escolas públicas acabam ficando com os ex-alunos dos caros colégios particulares, enquanto os demais têm que se submeter aos altos custos do ensino superior em escolas particulares, normalmente de qualidade inferior (SANTOS, 1998, p. 249).*

Ao final do Governo militar, a herança deixada para o Governo de transição, em 1984 foi de significativa desordem, com elevada taxa de analfabetismo, evasão e repetência escolar no 1º grau e uma rede pública sucateada, com professores mal remunerados e despreparados.

Com relação ao Ensino Superior, foram significativos os avanços na área de pesquisa, o que implicou a formação de um quadro altamente qualificado dentro das universidades públicas brasileiras, ainda que não tenham sido ampliadas as vagas nos concursos vestibulares. Por outro lado, houve um espantoso aumento no número de faculdades particulares, muitas vezes autorizadas sem muito rigor, tendo em vista, tão-somente, a ampliação de vagas para atender a demanda dos alunos que concluíam o nível médio, fato perfeitamente verificáveis ao analisarmos a TABELA 1.6, que nos dá uma visão abrangente da evolução do sistema de ensino superior privado, em termos de número de estabelecimentos, ofertas de vagas, número de alunos matriculados e concluintes no período de 1968 -1997.

Das 689 instituições de ensino superior privadas, 73 são universidades, 90 são faculdades integradas ou centros universitários e 526 são estabelecimentos isolados de ensino, representando 76,3% do número total das instituições que compõem o sistema privado.

Em 1968, o Sistema de Ensino Superior privado oferecia 39.756 vagas, passando 296.635 vagas em 1978, verificando uma expansão bastante considerável de 641,6% em apenas 10 anos. No período 1978-1988, o número de vagas apresentou um crescimento de apenas 4,8%, um reflexo da estagnação do ensino superior brasileiro, na década 1980.

Entre 1988 e 1997 houve um crescimento de 61% no número de vagas oferecidas, o sistema privado ao final de 1997 com 505.377 vagas, representava 72,3% de todas as oferecidas no sistema de ensino superior brasileiro.

No que diz respeito ao número de alunos matriculados, pode-se constatar um crescimento de 552% no período 1968-1978, passando de 119.637 para 780.200 alunos no sistema privado.

Já no período 1978-1988, houve um crescimento insignificante de apenas 17,7%, enquanto entre 1988 e 1997, o número de alunos matriculados passou por uma evolução de 29,2%. Pode-se observar, ainda, que o sistema de ensino superior privado foi o responsável, em 1997, por 61 % do número de alunos matriculados. Tal fato demonstra a grande expansão verificada no setor privado a partir da década de 1970.

No que concerne ao número de concluintes, o período 1968-1978 registrou uma evolução de 1.110,8%, passando de 10.173 em 1968 para 123.170 alunos concluintes

enquanto o período 1978-1988 apresentou um crescimento 21,7% e entre 1988 e 1997 o número de concluintes cresceu apenas 12,3%.

Com relação à variável docente, pode-se observar que estas apresentou no período 1968/ 1978 um aumento de 196,7%, passando o número de docentes de 14.917 para 44.257 docentes em 1978. Entre 1978 e 1988, o crescimento do número de docentes foi de 24,3%, enquanto no período 1988-1997, o número de docentes cresceu 47,9%, chegando ao final de 1997 com 81.373 docentes.

Ao analisar o comportamento das variáveis contidas na TABELA 1.6, constata-se enorme crescimento do número de vagas, principalmente na rede privada e como alguns setores esperavam, esse crescimento não foi contido pela Reforma Universitária de 1968<sup>4</sup>. Ao contrário, no caso das faculdades particulares, houve um indisfarçado estímulo, visando a acomodar a demanda dos estudantes egressos do nível médio.

Por outro lado, os dados desta tabela também revelam que a notável expansão verificada na década de 70, já não é a mesma, na década de 1980. A grande expansão que vinha ocorrendo começou a decair provocando quedas nas taxas de crescimento de número de alunos matriculados, número de vagas oferecidas e redução de instituições, em decorrência das agregações de escolas isoladas em faculdades integradas.

O período 1981-1987 é marcado pela estagnação do sistema de ensino superior brasileiro, apresentando taxas negativas de crescimento no período 1981-1986, em relação a 1980.

A estagnação dos anos 1980 se verificou principalmente em virtude das medidas tomadas pelo Governo Militar, que a partir de 1975, procurou conter a expansão do sistema por meio da edição de decretos, proibindo a criação de novos cursos e abertura de vagas.

Alguns autores entendem que essa estagnação ocorreu em virtude do sistema do ensino de 3º grau chegar em boa parte da sua capacidade de expansão, quando se toma como referência os contingentes de egressos do 2º grau. Nessa linha de raciocínio, compreendem que houve uma satisfatória absorção. Além disso, para que fosse retomada a expansão do ensino superior, seria necessária uma reestruturação do nível médio.

Essas expressivas taxas de crescimento observadas na análise das variáveis constantes na TABELA 6 permitem visualizar como ocorreu a expansão do sistema de ensino superior privado, e ainda, que esta se realizou em maior magnitude na década de 1970, conseqüência da Reforma Universitária implantada em 1968.

---

<sup>4</sup> “A opção da Reforma Universitária de 1968, pretendendo implantar o modelo organizacional e institucional da ‘universidade de pesquisa’ não consegue parar o movimento de expansão, na direção do setor privado, dos estabelecimentos isolados...” (BRAGA; TRAMONTIM, 1991, p. 55).

TABELA 6

Expansão do Sistema de Ensino Superior Privado - 1968/1997					
ANOS	Números de instituições	Números de vagas	Números de alunos matriculados	Números de concluintes	Número de docentes
1968	277	39.756	119.637	10.173	14.917
1978	644	296.635	885.054	123.170	49.451
1980	682	277.874	885.054	145.475	49.451
1981	617	278.050	850.982	150.637	48.980
1982	614	280.98	859.599	163.432	49.664
1983	615	nd	862.303	157.419	48.975
1984	609	nd	827.660	150.674	49.599
1985	626	289.208	810.929	151.729	49.010
1986	592	292.055	840.564	147.357	49.966
1987	613	299.578	885.590	147.845	51.872
1988	638	313.946	918.204	149.922	55.023
1989	682	318.164	934.490	155.428	57.934
1990	696	347.775	961.455	152.352	59.737
1991	671	354.157	959.320	155.106	61.012
1992	666	363.799	906.126	154.077	62.161
1993	652	377.051	941.152	155.387	64.562
1994	633	396.682	9701.584	158.025	66.197
1995	684	432.210	1.059.163	159.450	69.022
1996	711	450.723	1.133.102	160.404	73.654
1997	689	505.377	1.186.433	168.302	81.373

Fonte: Elaboração própria

Fonte secundária: 1968-1997 - Evolução do Ensino Superior de Graduação – 1980-1998 MEC/INEP - Brasília 2000

Em 1998, o sistema de ensino superior privado contava com 764 instituições de ensino superior, representando 78,5% do número de instituições existentes em todo o sistema. Pode-se observar ainda que o sistema de ensino privado era constituído por 595 estabelecimentos isolados, 93 faculdades ou centros universitários e 76 universidades.

Como se pode observar, os estabelecimentos isolados representavam 77,9% do sistema, as faculdades ou centros universitários, 12,2% e as universidades, apenas 9,9%, o que evidencia que o sistema privado não estava disposto a investir, mas sim a ter retorno o mais rápido possível.

Outro fato registrado pelo censo é que a maioria das instituições de ensino se concentra nas regiões mais desenvolvidas; a região sudeste tem 58,6% das instituições de ensino instaladas no País; em segundo lugar vem a região sul com 13,5%, a região nordeste em terceiro, com 12,7%, a região centro-oeste em quarto, com 11,1% e em último lugar, a região norte, com apenas 4,1%.

Com relação ao número de alunos matriculados, a região sudeste tem 58,4% dos alunos matriculados em todo o sistema, a região sul conta com 19,7%, a região nordeste, com 14,6%, a região centro-oeste, com 7,7% e a região norte, com apenas 4%. Pode-se

observar ainda, que em relação ao número de alunos matriculados, a região sul possui o maior percentual de alunos que estudam no interior da região, com 67,2%, enquanto a região norte apresenta o menor percentual de interiorização, com apenas 9,9% dos alunos.

Portanto, fica clara a associação inversa entre desenvolvimento das regiões e a concentração de instituições e alunos matriculados nas capitais.

Na década de 1990, já com o Governo Collor, o Brasil passou a adotar políticas com vistas a diminuir o tamanho do estado. Contudo, foi a partir de 1994, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, que as idéias do “Consenso de Washington” tomaram corpo, com a privatização de várias empresas e de inúmeros serviços. Nesse sentido, entraram para a pauta da privatização do Governo Federal, as instituições de Ensino Superior. Dando-lhes o nome de “organizações sociais”<sup>5</sup>, o governo procurou uma forma de se desobrigar de mantê-las. Por outro lado, fazia parte do seu projeto intensificar os fomentos à “expansão privada que, atualmente, encontra-se, como afirma Durhm, bem organizado”, revelando a sua contradição - não ter o propósito de privatizar as universidades federais. Na verdade, as organizações sociais,

*Segundo a terminologia do Plano Diretor da Reforma do Estado... inserem-se no programa de publicização das atividades não exclusivas do Estado, objetivando criar um setor público não estatal. Porém, as organizações sociais são entidades privadas, embora de fins não lucrativos. Assim a transformação de uma pessoa ou órgão da Administração Pública em organização social implica, sim, neste sentido, a sua privatização (UFMG, 1999 p. 8).*

A reforma do Estado e a proposta de transformação das universidades em organizações sociais têm como fator principal a redução do financiamento do Sistema

Federal de Ensino Superior, dentro da visão de um Estado Mínimo, indo de encontro às propostas do Banco Mundial expressas no documento publicado em 1993, intitulado “La Enseñanza Superior las Leciones Derivadas de la Experiência”. Para compensar a redução do financiamento, o governo acenava com instrumentos, como a autonomia financeira, orçamento global, que teriam como objetivo a busca de novas fontes de financiamento, o que seria uma alternativa para que as IFES, com o volume atual de financiamento, pudessem se manter.

A Reforma Universitária implantada em 1968, aliada a outros fatores como o processo de urbanização do País na década de 1950 e a uma demanda maior do sexo feminino em relação ao curso superior, foram os grandes responsáveis pela expansão do ensino superior brasileiro.

Por outro lado, a Reforma Universitária trouxe consigo novas atividades a serem desenvolvidas pelas IFES, entre elas, a pesquisa e a extensão. A expansão do Sistema Federal de Ensino Superior em termos de alunos matriculados, docentes,

---

<sup>5</sup> “[...] reguladas pela Lei n. 9637, de 15 de maio de 1998. São elas pessoas jurídicas de direito privado, sob forma de associação ou de fundação, sem fins lucrativos. Não fazem parte da Administração Pública, nem a Indireta, tampouco a Direta. Sua vinculação ao Estado é dada nos termos do contrato de gestão, firmado com vistas a estabelecer os termos da parceria entre o Poder Público e a entidade privada. A qualificação e a desqualificação de uma entidade como organização social é feita pelo Poder Executivo, ambas por meio de procedimento administrativo...”.

funcionários, área construída, implantação de cursos de pós-graduação, aliada às mudanças relacionadas à qualidade, à implantação do regime de trabalho e à qualificação dos docentes são fatores determinantes para uma necessidade maior de recursos para financiar o sistema, antes mesmo da reforma.

### Considerações Finais

Neste artigo, procurou-se evidenciar a influência da Reforma Universitária na expansão do Sistema Público Federal de Ensino Superior, podendo constatar que a implantação do Programa CONCRETIDE, juntamente com o Programa MEC/BID foram dois aspectos importantes que possibilitaram a expansão do Sistema.

Assim, o Programa CONCRETIDE possibilitou o crescimento da carga docente no período 1974-1997 em 500%, contribuindo desta forma para a expansão do sistema, como também criando condições para que outras atividades passassem a ser desenvolvidas no âmbito das universidades federais, como a extensão e a pesquisa, que ganharam dimensão a partir da reforma universitária e da implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação.

Por outro lado, o Programa MEC/BID - convênio firmado com o BID, propiciou a expansão da área física construída, por meio da construção e ampliação dos campi universitários, permitindo desta forma o atendimento a um maior número de alunos. Frente à expansão verificada no ensino de graduação Pós-Reforma Universitária 1968, sugere-se a realização de novas pesquisas, destacando a reforma da década 1990 e analisando o lugar que passa a ser ocupado pela iniciativa privada no ensino superior brasileiro.

### Referências

BASTOS, Jésus de Alvarenga. *Problèmes de l'enseigneimeimt supéricur au Brésil*. Université René Descartes, Paris, (s.d).

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos, São Paulo, *Cadernos Dívida Externa*, n. 6, 1994.

BRAGA E TRAMONTIM. Exame dos Instrumentos que Regulam a Expansão do Ensino Superior e sua Adequação às Necessidades Exigidas pela Moderna Tecnologia, *Ver. Educação Brasileira*, p. 53-70, 1991.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Define a Organização das Universidades Federais Brasileiras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 nov.1966.

BRASIL. Decreto-Lei nº 252, de 18 de novembro de 1966. Estabelece normas complementares ao Decreto-lei 53 de 18 de novembro de 1966 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 fev.1968.

BRASIL. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Disciplina a Reforma do Ensino Superior no Brasil e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 nov.1968.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica - o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)* São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994 (Série Formação do Professor).

HIRSCHMAN, A. O. The rise and decline of development economics. Reprinted in Kanth, R. *Paradigms in Economic Development*. London, England: Sharp, 1994. p. 191-210.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História da educação*. São Paulo: Ática, 1995 (Série Educação).

SANTOS, Cássio Miranda dos. *O acesso ao Ensino Superior no Brasil: a questão da elitização*. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, n. 19, vol. 6, abril/junho 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Autonomia Universitária*. Documento para discussão. UFMG, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche. O discurso sobre a universidade nos anos 80. *Revista Educação Brasileira*, Brasília, v.26, n.13, 1991.

Recebido em maio de 2008  
Aprovado em julho de 2008